



Trabalhos Científicos

Título: Impactos Do Uso De Celulares Na Infância E Do Papel Do Pediatra Frente À Lei 15.100/25

Autores: FERNANDA VIEIRA DE SOUZA CANUTO (ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - ESCS), ÁLVARO ANTÔNIO CANUTO (SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL (SES/DF)), ANDREZA FABRO DE BEM (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)), ANNA LUIZA MENEZES RIBEIRO (ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - ESCS), ANA PAULA ALVES DA SILVA (ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - ESCS), ANA CAROLINA DE SOUZA MATOS (ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - ESCS), MATHEUS HENRIQUE DE SOUSA (ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - ESCS)

Resumo: A promulgação da Lei 15.100/25, que restringe o uso de celulares nas escolas de educação básica, reacende o debate sobre os impactos do uso excessivo de telas na infância e adolescência. A literatura destaca efeitos negativos fisiológicos, acadêmicos e sociais, associados ao tempo prolongado de exposição a dispositivos móveis. Nesse prisma, faz-se essencial analisar as evidências científicas disponíveis e discutir o papel do pediatra frente às mudanças regulatórias. "Investigar os impactos do uso excessivo de celulares na saúde física, mental e social de crianças e adolescentes, e refletir sobre o papel do pediatra diante da nova lei regulatória." Foi realizada uma busca de artigos publicados entre 2015 e 2025 nas bases PubMed, SciELO e Google Scholar, com os descritores 8203;8203; "saúde mental", "educação", "tecnologia", "infância" e "legislação". Foram considerados estudos originais, revisões sistemáticas e documentos institucionais. "Diversos estudos apontam que o uso excessivo de celulares está relacionado a uma série de problemas de saúde. Na esfera do sono, há atraso no início do sono, redução da duração e pior qualidade, com implicações diretas no aprendizado e no comportamento. A exposição prolongada à luz azul e à estimulação digital contribui para quadros de insônia e fadiga diurna. No âmbito físico, o tempo de tela substitui atividades motoras e favorece o sedentarismo, contribuindo para o aumento da obesidade infantojuvenil. Psicologicamente, há aumento de sintomas de ansiedade, depressão, baixa autoestima e isolamento social, sobretudo em adolescentes, além de maior exposição ao cyberbullying e ao conteúdo inadequado. Academicamente, há prejuízo da atenção e da retenção do conteúdo, impactando o rendimento escolar. A nova lei busca interromper esse ciclo, ao proibir o uso de celulares no ambiente escolar, exceto quando pedagógica e previamente autorizada, estimulando um espaço mais saudável para o aprendizado. Evidências apontam que o ambiente escolar livre de dispositivos móveis contribui para maior interação social entre pares, menor incidência de conflitos, aumento da concentração e melhora no desempenho acadêmico." A Lei 15.100/25 é uma estratégia de saúde pública com potencial de mitigar os efeitos deletérios do uso excessivo de celulares no contexto escolar. Sua efetividade, porém, depende da articulação entre escola, família e profissionais de saúde. O pediatra, como figura central na promoção do desenvolvimento saudável, deve atuar orientando pais, educadores e crianças sobre o uso consciente da tecnologia, reconhecendo sinais de uso problemático e propondo limites adequados. Cabe também a ele apoiar práticas escolares que priorizem a interação, o movimento e o foco no aprendizado. A legislação, somada à educação digital e ao suporte contínuo das famílias, pode promover mudanças duradouras no comportamento infanto juvenil frente à tecnologia, favorecendo o bem-estar físico, emocional e cognitivo nessa fase crucial da vida.